



**FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL
SECRETARIA GERAL**

**COMUNICADO OFICIAL Nº 25/SG/22
DE 23 DE JUNHO DE 2022**

ÓRGÃO OFICIAL DE COMUNICAÇÃO, INFORMAÇÃO E DIVULGAÇÃO DOS ASSUNTOS CONSIDERADOS DE INTERESSE PARA A ORGANIZAÇÃO DA MODALIDADE, DOCUMENTO DE CONSULTA E APOIO REGULAMENTAR PARA OS FILIADOS, POR ISSO, TAMBÉM DE COMPILAÇÃO E ENCADERNAÇÃO ANUAL.

SUMÁRIO:

1. DIRECCÃO

- Requisitos para o Licenciamento de Clubes - Aprovado em Assembleia Geral em 2018 (Ver Anexo).
- Convocatória de Reunião Zoom com todas as Associações Provinciais participantes do Torneio Nacional de Futebol Feminino.

2. CONSELHO DE DISCIPLINA

- Advertência, Repreensão e Suspensão

1. DIRECCÃO

REQUISITOS PARA O LICENCIAMENTO DE CLUBES – APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL DE 2018

A introdução e implementação do sistema de licenciamento visa, genericamente, alcançar padrões mais elevados e uniformes de qualidade para benefício de toda a comunidade do Futebol Angolano, através de um processo de certificação da boa gestão dos Clubes nos aspectos desportivos, de infraestruturas, de organização jurídica e administrativa bem como de gestão económico-financeira.

O sistema de licenciamento tem como pressuposto o desenvolvimento sistemático e gradual dos níveis de qualidade e a aplicação do seu regime à generalidade das competições. Ao introduzir o sistema de licenciamento de Clubes, a FAF persegue, em concreto, os seguintes objectivos:

1. Promover o aumento do nível do Futebol Angolano, nas suas facetas desportivas, organizacionais e de gestão;



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL SECRETARIA GERAL

2. Promover a formação, acompanhamento e educação dos jovens jogadores;
3. Promover a melhoria das infraestruturas e equipamentos desportivos, adaptando-os às crescentes exigências de segurança, funcionalidade, conforto e qualidade dos serviços prestados aos espectadores e aos meios de comunicação social;
4. Assegurar um nível adequado de gestão e organização no seio dos Clubes;
5. Assegurar a transparência e credibilidade da gestão económica e financeira dos Clubes, atribuindo a necessária importância à protecção dos interesses dos credores;
6. Garantir a equidade das competições, em termos desportivos e económico-financeiros;
7. Promover os princípios do fair-play entre todos os agentes do futebol, designadamente dirigentes, treinadores, jogadores e árbitros, e melhorar o conhecimento das Leis do Jogo;
8. Promover o profissionalismo e preparar jogadores para a alta competição, servindo com mais competitividade as Selecções nacionais.

A FAF elabora o Regulamento de Licenciamento de Clubes para as Competições Nacionais contendo a tipologia e o conteúdo dos critérios que devem ser observados pelos Clubes, bem como o conjunto de actos, formalidades e documentos que integram o processo administrativo que antecede a emissão da licença nacional para as competições da FAF.

(Ver Anexo)

CONVOCATÓRIA DE REUNIÃO ZOOM COM TODAS AS ASSOCIAÇÕES PROVINCIAIS PARTICIPANTES DO TORNEIO NACIONAL DE FUTEBOL FEMININO

Atendendo o aproximar do Torneio Nacional de Futebol Feminino bem como o Sorteio da mesma agendado para o próximo dia 07 de Julho, vimos pela presente convocar uma reunião de carácter urgente a ser realizada no próximo dia 28 de Junho, pelas 14h00 via Zoom com as APFs participantes.

Oportunamente enviaremos o ID e Senha da Reunião de forma individual a todos os intervenientes da mesma.





FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL SECRETARIA GERAL

2. CONSELHO DE DISCIPLINA

O Conselho de Disciplina na sua reunião de 22/06/2022, entre outros assuntos tratados deliberou:

XLIV CAMPEONATO NACIONAL DE FUTEBOL – SÉNIORES

a) – 1º CARTÃO AMARELO – ADVERTÊNCIA

Punidos com advertência nos termos da alínea a) do n.º 2 do art. 124º do R/D da FAF, os seguintes atletas:

- JOÃO B. CASSICOTE lic. n.º 960814001 do Clube Recreativo da Caála;
- BARTOLOMEU S. DOMINGOS lic. n.º 890130001 do Futebol C. B. Maquis;
- PASCOAL E. MAURÍCIO lic. n.º 950813001 do Futebol C. B. Maquis;
- PEDRO P. MIGUEL lic. n.º 961206001 do Atlético P. de Luanda;
- AUGUSTO DE J. C. R. CARNEIRO lic. n.º 951105001 do Atlético P. de Luanda;
- MILTON A. SUCA lic. n.º 960323001 do Clube D. da Huíla;
- SEBASTIÃO S. BUANGI lic. s/n.º do Sporting C. de Cabinda;

b) – 2º CARTÃO AMARELO – REPREENSÃO POR ESCRITO

Punidos com repreensão por escrito nos termos do n.º 2 da alínea b) do art. 124º do R/D da FAF, os seguintes atletas:

- WELLIGTON DE L. GOMES lic. s/n.º do Atlético P. de Luanda;
- TIAGO FOTA lic. s/n.º do do Futebol C. B. Maquis;
- LUVUMBU L. PEDRO lic. n.º 880906001 do Futebol C. B. Maquis;
- KIALONDA GASPAR lic. n.º 970928001 do Grupo D. Sagrada Esperança;
- MANUEL N. S. CUNHA lic. n.º 960317001 do Grupo D. Sagrada Esperança;
- ANDERSON E. C. B. DA CRUZ lic. s/n.º do Atlético P. de Luanda;
- JOAQUIM M. C. BALANGA lic. n.º 980313001 do Atlético P. de Luanda;
- TIAGO L. LEAL lic. n.º 880326001 do Atlético P. de Luanda;
- RODRIGUES P. MUEHOMBO lic. n.º 960513003 do Clube D. da Huíla;
- DIEU M. DAVID lic. s/n.º do Sporting C. de Cabinda;
- EZEQUIEL P. JULIÃO lic. n.º 940603001 do Grupo D. Interclube;

c) – 3º CARTÃO AMARELO – REPREENSÃO POR ESCRITO

Punidos com repreensão por escrito nos termos do n.º 2 da alínea c) do art. 124º do R/D da FAF, os seguintes atletas:

- GONÇALVES Z. MANICO lic. n.º 960211001 do Clube Recreativo da Caála;
- EDMILSON F. CAMBILA lic. n.º 020516001 do Clube R. e D. do Libolo;
- AGOSTINHO J. CALUNGA lic. n.º 980710004 do Futebol C. B. Maquis;

COMUNICADO OFICIAL Nº 25/SG/22

23 de Junho de 2022

Av. Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, Urbanização Nova Vida N.º 53

Email: info.fafootball@gmail.com | info.fafootball@faf.co.ao | secretaria@faf.co.ao

Telefone: +244 936 349 544 / +244 993 239 904 - Site: www.faf.co.ao - Luanda-Angola



FEDERAÇÃO ANGOLANA DE FUTEBOL SECRETARIA GERAL

- ERICO DE CASTRO lic. s/n.º do Atlético P. de Luanda;
- WELLIGTON DE L. GOMES lic. s/n.º do Atlético P. de Luanda;
- CONSTANTINO C. ANTÓNIO lic. n.º 990730002 do Grupo D. Interclube;

d) - 4º CARTÃO AMARELO – REPREENSÃO POR ESCRITO

Punidos com repreensão por escrito nos termos do n.º 2 da alínea b) do art. 124º do R/D da FAF, os seguintes atletas:

- FRANCISCO V. CHITANGA lic. n.º 971007002 do Clube Recreativo da Caála;
- SIMONE E. A. MIRANDA lic. n.º 991223001 do Grupo D. Sagrada Esperança;
- PEQUENINO C. DE CASTRO lic. n.º 930924001 do Clube D. da Huíla;
- ALBERTO C. MIGUEL lic. n.º 971206001 do Grupo D. Interclube;

e) - 3º CARTÃO AMARELO – SUSPENSÃO

Punidos com um (1) jogo de suspensão nos termos do art.º 124º n.º 2 da alínea c) do R/D da FAF, os seguintes atletas:

- VASCO A. INÁCIO lic. n.º 950608001 do Clube R. e D. do Libolo;
- VICTORIANO N. B. LOCOQUESSA lic. n.º 930730001 do G. D. Sagrada Esperança;
- RODRIGO DOS S. NGIMBE lic. s/n.º do Sporting C. de Cabinda;
- DANIEL J. KILOLA lic. n.º 990706001 do Grupo D. Interclube;
- ELISEU L. C. CABANGA lic. n.º 970213001 do Grupo D. Interclube;

f) 5º CARTÃO AMARELO – SUSPENSÃO

Punidos com um (1) jogo de suspensão nos termos do n.º 2 da alínea c) do art.º 97º do R/D da FAF, os seguintes atletas:

- JOÃO A. AFONSO lic. n.º 941230001 do Clube R. e D. do Libolo;
- ARMANDO D. MARIA lic. n.º 951030001 do Clube R. e D. do Libolo;
- FLORENTINO S. ANTÓNIO lic. n.º 901016001 do Clube D. da Huíla;

GABINETE DO SECRETÁRIO GERAL DA FAF, EM LUANDA, AOS 23 DE JUNHO DE 2022.

O SECRETÁRIO GERAL

FERNANDO RUI COSTA


COMUNICADO OFICIAL Nº 25/SG/22

23 de Junho de 2022

Av. Pedro de Castro Van-Dúnem Loy, Urbanização Nova Vida N.º 53

Email: info.fafotball@gmail.com | info.fafotball@faf.co.ao | secretaria@faf.co.ao

Telefone: +244 936 349 544 / +244 993 239 904 - Site: www.faf.co.ao - Luanda-Angola



ANEXO 1 – CRITÉRIOS DESPORTIVOS

Refª.	Nível	Critério	Iª Divisão	IIª e IIIª Divisão
S.01	A	PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DE FUTEBOL JOVEM APROVADO	<p>Cada Clube candidato à licença deve possuir um programa de desenvolvimento de futebol jovem. A aprovação deste programa está sujeita ao cumprimento dos seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">- O Clube deve possuir, pelo menos, Sub-23, Sub-19, Sub-17, Sub-15 e Sub-13 equipas nos escalões de formação, participantes nas competições nacionais ou provinciais de futebol oficialmente reconhecidas pela FAF;- O Clube deve estar apetrechado com os espaços e equipamentos necessários à prática desportiva dos formandos;- O Clube deve prestar apoio técnico e financeiro às referidas equipas de formação;- Todos os jovens jogadores devem estar inscritos na FAF.	<p>Cada Clube candidato à licença deve possuir um programa de desenvolvimento de futebol jovem. A aprovação deste programa está sujeita ao cumprimento dos seguintes requisitos:</p> <ul style="list-style-type: none">- O Clube deve possuir, pelo menos, Sub-19, Sub-17, Sub-15 e Sub-13 equipas nos escalões de formação, participantes nas competições nacionais ou regionais de futebol oficialmente reconhecidas pela FAF;- O Clube deve estar apetrechado com os espaços e equipamentos necessários à prática desportiva dos formandos;- O Clube deve prestar apoio técnico e financeiro às referidas equipas de formação;- Todos os jovens jogadores devem estar inscritos na FAF.
S.02	A	MÉRITO DESPORTIVO – EQUIPA-PRINCIPAL	<p>A equipa principal do Clube candidato à licença deve participar em competição nacional que lhe permita qualificar-se para as competições da FAF com base nos respectivos resultados desportivos.</p>	
S.03	C	FORMAÇÃO DE JOVENS JOGADORES	<p>O candidato à licença tem de garantir que todos os jogadores que participam no respectivo programa de desenvolvimento do futebol jovem tenham a possibilidade de frequentar a escola e/ou obter formação profissional.</p>	

ANEXO 2 - CRITÉRIOS RELATIVOS ÀS INFRA-ESTRUTURAS

Refª.	Nível	Critério	Iª Divisão	IIª e IIIª Divisão
1.01	A	CERTIFICAÇÃO DO ESTÁDIO	<p>O Estádio deve obrigatoriamente possuir um certificado definido de acordo com a legislação nacional. A Certificação do Estádio compreende os seguintes certificados:</p> <ul style="list-style-type: none">- Licença de Utilização emitida pela Administração Municipal- Licença de Funcionamento emitida pela Direcção Nacional dos Desportos	





1.02	A	PLANO DE EVACUAÇÃO APROVADO	Os estádios devem possuir um plano de evacuação, nos termos da lei, de modo a permitir que, em caso de emergência, os espectadores e demais ocupantes do estádio alcancem facilmente o exterior pelos seus próprios meios. O plano de evacuação deverá ser elaborado pelo clube, em concertação com as autoridades policiais, o Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil e as autoridades de emergência e os serviços de emergência médica. O plano tem de ser validado pelas autoridades competentes de 3 em 3 anos.
1.03	A	DISPONIBILIDADE DE ESTÁDIO	O candidato à licença deve dispor de um estádio que permita disputar os jogos da competição em que está inscrito. O candidato à licença deverá ser: a) Proprietário do estádio, ou b) Titular de um contrato escrito celebrado com o(s) proprietário(s) do estádio ou dos diferentes estádios que irá utilizar. Este contrato deve garantir a utilização do estádio nos jogos em casa no decorrer da época para a qual a licença se destina. Os Clubes devem fazer prova documental de qualquer das formas do respectivo direito de utilização.
1.03	B	INSTALAÇÕES DE TREINO	O candidato à licença deve dispor de instalações desportivas de treino que devem estar disponíveis para o Clube durante toda a época desportiva. O candidato à licença ou é a) Proprietário do estádio, ou b) Titular de um contrato escrito celebrado com o(s) proprietário(s) do estádio ou dos diferentes estádios que irá utilizar. Este contrato deve garantir a utilização do estádio nos jogos em casa no decorrer da época para a qual a licença se destina. Os Clubes devem fazer prova documental de qualquer das formas do respectivo direito de utilização.
1.04	A	CAPACIDADE	Capacidade Mínima: 1500 lugares
1.05	A	LUGARES SENTADOS INDIVIDUAIS	O Estádio deve ser provido de um mínimo de 150 lugares sentados, com costas ou banquetas individuais e numerados, demarcados por traços bem visíveis.
Refª.	Nível	Critério	Iª Divisão
1.06	A	ÁREAS RESERVADAS AOS ESPECTADORES	Os lugares reservados ao público devem estar devidamente sectorizados, com separação destinada a adeptos de uma e outra equipa, através de estruturas de vedação, devendo cada sector dispor de saídas de emergência em número suficiente que permitam o rápido escoamento do público.
1.07	A	LUGARES PARA ESPECTADORES DEFICIENTES	O Estádio deve dispor de acessos especiais para espectadores deficientes e seus acompanhantes, através de rampas, devendo cada área dos sanitários ser dotada de uma cabina reservada a estas pessoas.





1.08	A	SALA DE PRIMEIROS SOCORROS	O estádio deve dispor de 1 (uma) sala para apoio médico e prestação de primeiros socorros aos directos intervenientes no jogo e de fácil acesso aos espectadores, em condições que permitam fácil comunicação com os sectores e com os percursos de saída para o exterior e à zona de acesso de ambulâncias. A sala deve estar devidamente apetrechada com os seguintes requisitos mínimos: 1 Maca; 1 Marquesea; 1 Secretária ou 1 Mesa de apoio; 2 Cadeiras; 1 Armário com produtos médico-farmacêuticos de primeiros socorros; 1 Cabina com retrete, um lavatório e uma pia sanitária	
1.09	A	TERRENO DE JOGO	O terreno de jogo deve ser relevelado, apresentar uma superfície uniformemente plana e regular, com a relva cortada em listas paralelas à linha de meio campo e respeitar as marcações e demais requisitos impostos pelas Leis do Jogo, devendo ainda estar em perfeitas condições. Para a utilização de relvados sintéticos deve ser apresentada a respectiva certificação de acordo com as normas da FIFA.	
1.10	A	DIMENSÕES DO TERRENO DE JOGO	O terreno de jogo de acordo com as Leis de Jogo deve ter o cumprimento mínimo de 100 metros e a largura mínima de 64 metros Em redor do terreno de jogo deve existir uma margem de segurança, em relva natural ou artificial, com uma distância mínima de 3 metros.	
1.11	A	BANCOS	Os bancos de suplentes devem ter dimensões suficientes para acomodar, pelo menos, 13 pessoas (suplentes e membros oficiais da equipa).	
1.12	A	BALNEÁRIOS EQUIPAS	Devem ser disponibilizadas as seguintes salas e instalações, com níveis de qualidade equivalentes para as duas Equipas participantes (requisitos mínimos): - Um balneário para cada clube (equipa anfitriã e visitante); - Lugares sentados para, pelo menos, 15 pessoas; - Cabides ou armários para, pelo menos, 20 pessoas; - Mínimo de 6 chuveiros; - 2 WC's (com sanitários); - 2 Urinóis; - 1 Marquesea	
1.13	A	BALNEÁRIOS PARA OS ÁRBITROS:	Os balneários dos árbitros têm de ser separados dos das equipas mas têm de se situar próximos destes: - Lugares sentados para 4 pessoas; - Cabides ou armários para 4 pessoas; - 2 Chuveiros; - 1 Lavatório - 1 WC (com sanitário); - 1 Mesa com duas cadeiras.	
Refª.	Nível	Critério	Iª Divisão	IIª e IIIª Divisão





1.14	A	SALA CONTROLO ANTIDOPAGEM	O estádio deve dispor de uma sala destinada ao controlo antidopagem, em instalações adequadas de fácil acesso e devidamente assinaladas, que garantam condições mínimas de higiene, segurança, privacidade e conforto aos seus utilizadores. Deve ser localizada junto dos balneários das equipas e dos árbitros e de acesso vedado ao público e aos meios de comunicação social. A sala deve reunir as seguintes condições mínimas: - 1 WC com sanitário; - 1 Lavatório com espelho; - 1 Chuveiro; - Lugares sentados para 4 pessoas e cabides; - 1 Secretária	
1.15	A	INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	Os estádios devem dispor, em cada sector destinado aos espectadores, de serviços de instalações sanitárias, organizados em blocos separados por sexos, em perfeitas condições de higiene e dimensionados com base no seguinte critério: - Para homens: mínimo de 5 urinóis e 2 retretes, por cada 1000 espectadores; - Para senhoras: mínimo de 5 cabinas sanitárias com retrete, por cada 1000 espectadores - Para deficientes: mínimo de 1 instalação sanitária por cada 10 lugares	
1.16	A	PARQUES DE ESTACIONAMENTO	Deve ser disponibilizado o seguinte número mínimo de lugares de estacionamento para clubes, árbitros e outros técnicos: - 2 Lugares de estacionamento para autocarros; - 4 Lugares de estacionamento para automóveis. Estes lugares devem, de preferência, estar situados na proximidade imediata dos balneários, isolados do público e dentro do estádio. Os jogadores e os árbitros devem ter a oportunidade de sair dos seus veículos e entrar directamente nos seus balneários, sem ter contacto com o público.	
Refª.	Nível	Critério	Iª Divisão	IIª e IIIª Divisão
1.17	A	INSTALAÇÕES PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL	O estádio deve dispor de instalações adequadas para os representantes dos órgãos de comunicação social, que preencham, no mínimo, as seguintes condições: - 20 Lugares para a imprensa - Acesso reservado aos representantes da comunicação social; - Sala de conferências de imprensa com um mínimo 10 pessoas	





1.18	B	PAINÉIS PUBLICITÁRIOS	O Clube deve avaliar os riscos relativamente às distâncias mínimas entre os painéis publicitários e o terreno de jogo, juntamente com a autoridade de segurança local. O resultado desta avaliação de risco faz parte do certificado do estádio emitido pela autoridade local. Recomenda-se as seguintes distâncias mínimas relativamente aos painéis publicitários: a) Entre as linhas de limite do terreno de jogo e os painéis publicitários: - Linha lateral: 4,0m b) Atrás do centro da linha de gol: - 5,0m, sendo esta distância reduzida para 3,0m junto às bandeiras de canto. Os painéis publicitários não devem , em circunstância alguma: - Estar localizados em posições onde possam constituir um perigo para jogadores, técnicos ou outras pessoas; - Estar instalados, ter uma forma ou ser constituídos de materiais que possam pôr em perigo os jogadores. Por exemplo, os painéis giratórios devem ter apenas um nível de voltagem que não possa magoar os participantes no jogo; - Ser constituídos por materiais que possam reflectir a luz ao ponto de distrair os jogadores ou os árbitros; - Ser instalados de forma que possa obstruir os espectadores, no caso de uma evacuação de emergência para a área de jogo, ou as saídas no caso de evacuação de emergência do terreno de jogo.
1.19	B	POSTES PARA BANDEIRAS	O Estádio deve estar preparado para permitir a exibição de, pelo menos, cinco bandeiras.
1.20	B	SALA PARA DELEGADO AO JOGO	Deve ser disponibilizada uma sala para o delegado ao jogo próxima de instalações sanitárias, de preferência junto dos balneários das equipas e dos árbitros. Esta sala deve estar apetrechada com os seguintes equipamentos: 1 Mesa; 1 Cadeira; 1 Telefone (externo/interno) nas proximidades; 1 Fax nas proximidades; 1 Fotocopiadora nas proximidades
1.21	B	SINALIZAÇÃO E INDICAÇÃO NOS BILHETES	Nas proximidades do estádio e dentro dele, devem ser colocadas placas de sinalização que indiquem claramente o percurso de acesso aos diferentes sectores. Sem prejuízo das disposições legais aplicáveis, os bilhetes devem identificar a localização dos lugares a que correspondem e conterem sinais que facilitem o acesso de acordo com a planta do recinto.
Refª.	Nível	Critério	Iª Divisão IIª e IIIª Divisão
1.22	B	CONTROLO DE ACESSOS	Devem existir bilheteiras, em número, dimensão e distribuição em número suficiente, bem como mecanismos de controlo e fiscalização de entradas.
1.23	C	CAMAROTES VIP	O Estádio deve dispor de camarotes ou lugares VIP para 20 pessoas O Estádio deve dispor de camarotes ou lugares VIP para 12 pessoas
1.24	C	SINALIZAÇÃO NA ÁREA DOS BALNEÁRIOS	Todos os corredores devem ter sinais claros e compreensíveis que indiquem aos jogadores visitantes, árbitros, técnicos, etc. a direcção para as respectivas salas.





1.25	C	ACESSO PROTEGIDO AOS BALNEÁRIOS E ÁREA DE JOGO	Deve ser garantido acesso directo protegido à área de jogo, o qual deve ser inacessível ao público e aos meios de comunicação. Deve existir, ainda, uma protecção adequada, contra ameaças físicas e verbais, para a passagem dos jogadores, árbitros e outros agentes desportivos.
1.26	C	ACESSO VEÍCULOS DE EMERGÊNCIA	Os veículos de serviço de emergência, incluindo ambulâncias e viaturas dos bombeiros, têm de ter acesso à área de jogo, bem como todos os veículos para manutenção do terreno e outro tipo de veículos.
1.27	C	ILUMINAÇÃO	Caso se realizem jogos à noite, os Estádios devem dispor de instalações para iluminação artificial do terreno desportivo, com o mínimo de 800 luxes e no caso de transmissão televisiva de 1200 luxes.
1.28	C	INSTALAÇÕES DE RESTAURAÇÃO	Cada estádio deve dispor de, pelo menos, um ponto de venda de bebidas e produtos alimentares, o qual deve ser limpo, atractivo, de fácil acesso e localizado em posição central dentro do estádio.

ANEXO 3 - CRITÉRIOS ADMINISTRATIVOS E RELATIVOS AO PESSOAL

Refª.	Nível	Critério	Iª Divisão	IIª e IIIª Divisão
P.01	A	ADMINISTRAÇÃO – DIRECTOR GERAL OU EQUIVALENTE	O Clube deve designar um gestor remunerado (p. ex., Director Geral, Director Executivo ou equivalente), distinto dos dirigentes estatutários eleitos, responsável final pela gestão geral dos assuntos diários do clube tanto nas questões operacionais ou executivas, com formação e habilitação compatíveis. O Clube Não deve adoptar em sua política de capital humano a prática de, sob qualquer justificativa, não manter a posição acima vaga por um período superior a 60 dias.	O Clube deve designar uma pessoa responsável pelo seu departamento financeiro, cujos direitos e deveres devem ser definidos por escrito. O responsável pelas finanças do Clube pode ser titular eleito de um órgão social, integrar o seu quadro de funcionários ou ser pessoa singular ou colectiva mandatada, por meio de contrato escrito, para o exercício dessas funções. O responsável pelas finanças do Clube deve possuir experiência profissional em economia, gestão de empresas ou contabilidade.
P.02	A	ADMINISTRAÇÃO – DIRECTOR FINANCEIRO OU EQUIVALENTE	O Clube deve designar uma pessoa responsável pelo seu departamento financeiro, cujos direitos e deveres devem ser definidos por escrito. O responsável pelas finanças do Clube pode ser titular eleito de um órgão social, integrar o seu quadro de funcionários ou ser pessoa singular ou colectiva mandatada, por meio de contrato escrito, para o exercício dessas funções. O responsável pelas finanças do Clube deve ser licenciado em economia, gestão de empresas ou contabilidade, por	O Clube deve designar uma pessoa responsável pelo seu departamento financeiro, cujos direitos e deveres devem ser definidos por escrito. O responsável pelas finanças do Clube pode ser titular eleito de um órgão social, integrar o seu quadro de funcionários ou ser pessoa singular ou colectiva mandatada, por meio de contrato escrito, para o exercício dessas funções. O responsável pelas finanças do Clube deve possuir experiência profissional em economia, gestão de empresas ou contabilidade.





			uma Faculdade ou Instituto Superior, ou possuir experiência profissional não inferior a 3 (três) anos. O Clube Não deve adoptar em sua política de capital humano a prática de, sob qualquer justificativa, não manter a posição acima vaga por um período superior a 60 dias.	O Clube Não deve adoptar em sua política de capital humano a prática de, sob qualquer justificativa, não manter a posição acima vaga por um período superior a 60 dias.
P.03	A	ADMINISTRAÇÃO – DIRECTOR ADMINISTRATIVO OU EQUIVALENTE	O Clube deve designar um responsável administrativo que terá por função coordenar as suas actividades correntes. No Quadro das atribuições e competências cometidas ao responsável administrativo incluem-se as de representar e vincular o Clube em matéria de licenciamento. O Clube Não deve adoptar em sua política de capital humano a prática de, sob qualquer justificativa, não manter a posição acima vaga por um período superior a 60 dias.	
P.04	A	ADMINISTRAÇÃO – DIRECTOR COMUNICAÇÃO OU EQUIVALENTE	O Clube deve designar um responsável um gestor remunerado, responsável final e exclusivo pelas funções de administração da comunicação do clube. Pelo desenvolvimento da imagem institucional do clube, reputação e relacionamento com a imprensa, distinto dos dirigentes estatutários eleitos, com formação e habilitação compatíveis. O Clube Não deve adoptar em sua política de capital humano a prática de, sob qualquer justificativa, não manter a posição acima vaga por um período superior a 60 dias.	
P.05	A	ADMINISTRAÇÃO – DIRECTOR MARKETING OU EQUIVALENTE	O Clube deve designar um responsável um gestor remunerado, responsável final pelas actividades, campanhas e negociações de marketing do clube, distinto dos dirigentes estatutários eleitos, com formação e habilitação compatíveis. O Clube Não deve adoptar em sua política de capital humano a prática de, sob qualquer justificativa, não manter a posição acima vaga por um período superior a 60 dias.	
P.06	A	ADMINISTRAÇÃO – RESPONSÁVEL PELOS ADEPTOS	O Clube deve designar um responsável pelo contacto e relacionamento com os adeptos do clube. Este responsável deve participar de reuniões regularmente coma administração do clube, e, quando for o caso, colaborar com o Director de Segurança nos assuntos de segurança. O Clube Não deve adoptar em sua política de capital humano a prática de, sob qualquer justificativa, não manter a posição acima vaga por um período superior a 60 dias.	





P.07	A	ADMINISTRAÇÃO-SECRETARIADO DO CLUBE	<p>O Clube deve dispor de um secretariado de apoio aos seus órgãos sociais, bem como ao responsável administrativo, aos jogadores e à equipa técnica.</p> <p>O secretariado do Clube deve estar equipado com os meios técnicos necessários para comunicar com a entidade licenciadora (FAF).</p>
P.08	A	PESSOAL DESPORTIVO – DIRECTOR DE FUTEBOL OU EQUIVALENTE	<p>O Clube deve designar um Director de Futebol que terá por função coordenar o planeamento e coordenação de todo o futebol profissional e das categorias de Futebol Jovem do clube.</p> <p>O Clube Não deve adoptar em sua política de capital humano a prática de, sob qualquer justificativa, não manter a posição acima vaga por um período superior a 60 dias.</p>
P.09	A	PESSOAL DESPORTIVO-RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO JUVENIL	<p>Cada candidato à licença deve nomear um responsável pelo programa de desenvolvimento juvenil e definir, por escrito, os respectivos direitos e deveres.</p>
P.10	B	PESSOAL DESPORTIVO-TREINADOR PRINCIPAL	<p>O Clube deve ter ao seu serviço um treinador principal habilitado com a qualificação mínima exigida pelo respectivo regulamento desportivo. Os direitos e deveres do treinador principal deverão constar do respectivo contrato:</p> <ul style="list-style-type: none">• Possuir a mais alta licença de treinador disponível (Nível A ou B da CAF) de acordo com o regulamento de atribuição de licença ou 5 ainda diploma estrangeiro válido que é equivalente a estes e reconhecido pela CAF ou FAF como tal;• Iniciar o exigido curso educacional pelo Departamento de formação da FAF para obter o diploma exigido;• Possuir um reconhecimento de competências asseguradas pelo departamento de formação se o treinador principal tiver o mínimo de cinco anos de experiência prática como treinador principal em algum clube da primeira ou segunda divisão.
P.11	B	ESPECIALISTAS - DIRECTOR SEGURANÇA	<p>O Clube deve designar um Director de Segurança e tem de definir, por escrito, os seus direitos e deveres.</p> <p>O Director de Segurança pode ser titular eleito de um órgão social, integrar o seu Quadro de funcionários ou ser pessoa singular ou colectiva mandatada, por meio de contrato escrito, para o exercício dessas funções.</p> <p>O Director de Segurança deve possuir experiência adequada à função.</p> <p>O Clube Não deve adoptar em sua política de capital humano a prática de, sob qualquer justificativa, não manter a posição acima vaga por um período superior a 60 dias.</p>





P.12	B	PESSOAL DESPORTIVO - EQUIPA MÉDICA	O Clube deve indicar a sua equipa médica que deve ser integrada, pelo menos, por um médico e/ou enfermeiro, cujas habilitações académicas ou profissionais devem ser certificadas pela Faculdade de Medicina ou Ordem dos Médicos. Os membros desta equipa médica podem ser funcionários do Clube ou contratados em regime de prestação de serviços.
P.13	C	PESSOAL DESPORTIVO - TREINADORES DE EQUIPAS JOVENS	Todos os treinadores das equipas jovens, envolvidos nos programas de formação dos Clubes (consultar o critério S.01) independentemente do respectivo escalão etário: <ul style="list-style-type: none">• Possuir a segunda mais alta licença de treinador disponível do departamento de formação da FAF (Nível B ou C da CAF);• Iniciar o exigido curso educacional reconhecido pelo departamento de formação da FAF para obter o diploma;• Possuir um reconhecimento de competências assegurado pelo departamento de formação/Alta Competição da FAF, caso o treinador principal tiver o mínimo de dois anos de experiência prática como treinador principal em algum clube da primeira ou segunda divisão nacional.

ANEXO 4 - CRITÉRIOS JURÍDICOS

Refª.	Nível	Critério	Iª Divisão	IIª e IIIª Divisão	
L.01	A	DOCUMENTOS E CONFIRMAÇÕES POR PARTE DO CLUBE	O Clube deve instruir o seu processo de licenciamento com originais, cópias autenticadas ou certidões dos seguintes documentos: <ol style="list-style-type: none">i. Estatutos ou contrato de sociedade em vigor reconhecido como legais, regulamentos e decisões da FIFA, CAF, FAF;ii. Declaração de compromisso de aplicar e observar as disposições e condições do sistema de licenciamento;iii. Declaração de que todos os documentos apresentados estão completos e correctos e são verdadeiros;iv. Declaração conferindo à FAF autorização plena para proceder ao exame de documentos e à recolha de informações que se mostrem relevantes no âmbito da emissão da licença e de acordo com a legislação nacional;v. Reconhece a jurisdição exclusiva da CAS (Tribunal de Arbitragem para o Desporto em Lausanne) para qualquer disputa de dimensão internacional e em particular envolvendo a FIFA e ou CAF;vi. Reconhece a proibição de recorrer a um tribunal Comum sobre os Estatutos da FIFA, CAF, FMF e LMF;vii. A nível nacional vai jogar em competições que são reconhecidas e aprovadas (Campeonato Nacional e Taça		





			<p>de Angola).</p> <p>viii. A nível continental vai jogar em competições oficiais que são reconhecidas pela CAF.</p> <p>ix. Observará as provisões e condições da regulamentação nacional;</p> <p>x. Autoriza a autoridade licenciadora a examinar documentos e buscar informações através de qualquer autoridade pública relevante ou corpo privado de acordo com a Lei Nacional;</p> <p>xi. Reconhece que à FIFA e à CAF o direito de executarem posterior controlo a nível nacional, revisionando os procedimentos de avaliação.</p> <p>As referidas declarações têm de ser subscritas por representante ou representantes do Clube munidos de poderes bastantes para o efeito, não podendo a sua validade exceder o prazo de três meses contados desde a data da sua emissão.</p>
L.02	A	FILIAÇÃO E CONDIÇÕES DE FILIAÇÃO	<p>O Clube tem de estar filiado na FAF e preencher as condições de adesão definidas nos estatutos e regulamentos da FAF.</p>
L.03	B	PARTICIPAÇÃO EM COMPETIÇÕES	<p>O Clube tem de apresentar declaração escrita legalmente válida de que apenas participará nas competições nacionais de futebol organizadas pela FAF.</p>
L.04	B	CERTIDÃO DO REGISTO NACIONAL OFICIAL	<p>O Clube deve apresentar uma cópia autenticada dos seus Estatutos ou, tratando-se de SAD, do contrato de sociedade, que comprovem, de modo actualizado, o nome, sede, forma jurídica e identidade das pessoas com poderes para o vincular, designadamente certidão emitida pela Conservatória do Registo Comercial da área em que estiver situada a sede da SAD.</p>
L.05	B	PROPRIEDADE E CONTROLO DE CLUBES	<p>O requerente da licença deverá declarar que o clube ou qualquer membro dos órgãos sociais não possui, directa ou indirectamente, qualquer envolvimento físico ou moral na gestão, administração e ou desempenho desportivo nas seguintes situações:</p> <ul style="list-style-type: none">i. Possuir títulos ou acções de outro qualquer clube participante na mesma competição;ii. Possuir a maioria de direitos de voto dos accionistas de qualquer outro clube participante na mesma competição;iii. Ter o direito de indicar ou remover a maioria dos membros administrativo; de gestão ou corpo de supervisão de qualquer outro clube participante na mesma competição;iv. É acionista e sozinho controla a maioria de direitos dos votos dos accionistas de qualquer outro clube participante na mesma competição, ao abrigo de um acordo com outro accionista do clube em questão;v. É membro de qualquer outro clube participante na mesma competição;vi. Está envolvido na gestão, administração e/ou desenvolvimento desportivo de qualquer outro clube participando na mesma competição;vii. Tem qualquer na gestão, administração e/ou desenvolvimento desportivo de qualquer outro clube participando na mesma competição.





ANEXO 5 – CRITÉRIOS FINANCEIROS

Refa.	Nível	Critério	Iª Divisão	IIª e IIIª Divisão
F-01	A	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	<p>O Clube deve apresentar as demonstrações financeiras anuais de acordo com o Plano Geral de Contas.</p> <p>A. BALANÇO</p> <p>As exigências mínimas relativas às rubricas do balanço são indicadas a seguir.</p> <p>Ativos correntes</p> <ul style="list-style-type: none">i) caixa e seus equivalentes ;ii) dívidas de terceiros relativos a transferência de jogadores;iii) dívidas de terceiros de entidades do grupo e outras partes relacionadas;iv) outros ativos correntes;v) existências. <p>Ativos não correntes</p> <ul style="list-style-type: none">vi) imobilizações corpóreas;vii) imobilizações incorpóreas – jogadores;viii) imobilizações incorpóreas – outros ;ix) investimentos;x) outros ativos não correntes. <p>Passivos correntes</p> <ul style="list-style-type: none">xi) empréstimos bancários e outros empréstimos;xii) dívidas a terceiros relativas à transferência de jogadores;xiii) dívidas a terceiros a entidades do grupo e outras partes relacionadas;xiv) contas pagáveis a trabalhadores;xv) dívidas ao estado e outros entes públicos;xvi) outros passivos correntes;	





			<p>x) Imparidade do ativo imobilizado;</p> <p>xi) outros custos operacionais.</p> <p>Outros</p> <p>xii) Lucro/perda resultante de alienações de imobilizações corpóreas</p> <p>xiii) Lucro/perda resultante de alienação de imobilizações incorpóreas jogadores</p> <p>xiv) ganhos financeiros</p> <p>xv) custos financeiros;</p> <p>xvi) custos fiscais;</p> <p>xvii) lucro ou prejuízo depois de impostos.</p> <p>A Administração poderá considerar que é preferível apresentar as rubricas (i) a (xvii) na demonstração de resultados ou nas notas.</p> <p>C. Demonstração de fluxo de caixa</p> <p>A demonstração de fluxo de caixa indica os fluxos de caixa do período financeiro (bem como os valores fornecidos a título comparativo para o período financeiro precedente), classificados separadamente como indicado abaixo:</p> <p>a) Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais</p> <p>As atividades operacionais são as principais atividades geradoras de produto e todas as outras atividades que não são atividades de investimento ou de financiamento. Consequentemente, estes fluxos resultam, em geral, de transações e outros eventos que entram na determinação do resultado líquido.</p> <p>b) Fluxo de caixa proveniente das atividades de investimento</p> <p>As atividades de investimento são a aquisição e a venda de ativos a longo prazo (incluindo os registros de jogadores) e outros investimentos que não são incluídos nos equivalentes das disponibilidades. A entidade deve apresentar separadamente as principais categorias de aquisições brutas e as principais categorias de vendas brutas proveniente das atividades de investimento.</p> <p>c) Fluxo de caixa proveniente das atividades de financiamento</p> <p>As atividades de financiamento são as atividades que resultam das alterações na dimensão e composição dos capitais</p>
--	--	--	--





			<p>próprios e dos empréstimos da entidade. A entidade deve apresentar separadamente as principais categorias de recebimentos de caixa brutos e pagamentos de caixa brutos provenientes das atividades de financiamento.</p> <p>d) Outros fluxo de caixa</p> <p>Os fluxos de caixa provenientes dos juros e dividendos recebidos e pagos devem ser apresentados separadamente. Cada um deve ser apresentado de forma consistente, de um exercício para o outro, nas atividades operacionais, de investimento ou de financiamento.</p> <p>Os fluxos de caixa provenientes dos impostos sobre o resultado devem ser apresentados separadamente e classificados como fluxos de caixa operacionais, a menos que possam ser especificamente identificados como atividades de financiamento ou de investimento.</p> <p>Os componentes das disponibilidades e equivalentes das disponibilidades devem ser indicados e os montantes apresentados na demonstração de fluxo de caixa devem ser reconciliadas com as rubricas correspondentes que figuram no balanço.</p> <p>D. Anexo às demonstrações financeiras</p> <p>O anexo às demonstrações financeiras anuais deve ser objecto de uma apresentação organizada e sistemática. Cada uma das rubricas do balanço, da conta de resultado e da demonstração de fluxo de caixa deve ser comparada com qualquer informação correspondente no anexo às demonstrações financeiras. As exigências mínimas em matéria de apresentação são as seguintes:</p> <p>a) Métodos contabilísticos</p> <p>A base de preparação das demonstrações financeiras e um resumo dos principais métodos contabilísticos utilizados.</p> <p>b) Imobilizações corpóreas</p> <p>Cada categoria de imobilizações corpóreas deve ser apresentada separadamente (por exemplo terrenos, estádio e instalações).</p> <p>c) Imobilizações incorpóreas</p> <p>Cada categoria de imobilizações incorpóreas deve ser apresentada separadamente (por exemplo registos de jogadores, valor do património, entre outros).</p> <p>d) Ativos dados em penhor com reserva de propriedade</p>
--	--	--	--





			<p>Esta rubrica indicará a existência de montantes de restrições sobre as imobilizações corpóreas (por ex. terrenos, estádio e instalações) dados como penhores de dívidas ou garantias. A existência e os valores contabilísticos de imobilizações incorpóreas cuja propriedade é submetida a restrições, bem como o valor contabilístico das imobilizações incorpóreas dadas como penhores de dívidas devem ser indicados.</p> <p>e) Investimentos</p> <p>Os investimentos compreendem as participações em subsidiárias, entidades sob o controlo conjunto e entidades associadas.</p> <p>g) Provisões</p> <p>As provisões devem ser apresentadas por categoria. Para determinar quais as provisões que podem ser reunidas para formar uma categoria, é necessário considerar se a natureza dos elementos é suficientemente semelhante para permitir a sua apresentação agrupada num montante único. Para cada categoria de provisões, convém indicar os valores contabilísticos no início e no fecho do período, o montante utilizado e qualquer montante amortizado ou creditado no decorrer do período.</p> <p>h) Capital emitido e reservas</p> <p>O capital social, as outras reservas e os resultados não distribuídos devem ser apresentadas separadamente.</p> <p>j) Unidade de controlo</p> <p>Quando a entidade reportante é controlada por uma outra parte, a relação com a parte relacionada e o nome dessa parte deve ser indicado e, se for diferente, o nome da unidade de controlo. Esta informação deve ser divulgada independentemente do facto de terem ocorrido quaisquer transações entre as unidades de controlo e a entidade reportante.</p> <p>j) Transações entre partes relacionadas</p> <p>Se tiverem ocorrido transações entre as partes relacionadas durante o período coberto pelas demonstrações financeiras, a entidade reportante deverá indicar a natureza das relações entre as partes relacionadas, bem como informações sobre as transações e os saldos existentes, incluindo os compromissos, que são necessárias à compreensão do potencial impacto da relação sobre as demonstrações financeiras. Elementos de natureza similar poderão ser objecto de uma informação global, excepto se uma for necessária uma informação distinta para compreender os efeitos das transações entre as partes relacionadas sobre as demonstrações financeiras da entidade reportante.</p> <p>k) Eventuais Passivos</p> <p>Salvo se a possibilidade de qualquer exfluxo na liquidação for remota, a entidade reportante deve fornecer, para cada</p>
--	--	--	--





			categoria de passivo eventual a data de encerramento estatutária, uma breve descrição da natureza desse passivo eventual.
F.03	A	INEXISTÊNCIA DE DÍVIDAS A TERCEIROS RELATIVAMENTE A ACTIVIDADES DE TRANSFERÊNCIA	<p>O Clube não deve ter dívidas vencidas decorrentes de transferências de jogadores relativamente a quaisquer Clubes filiados numa Federação ou Liga, bem como a jogadores ou terceiros reconhecidos pelos competentes organismos nacionais e internacionais (FAF, CAF, FIFA).</p> <p>Para efeitos de cumprimento deste critério, os Clubes que tenham dívidas devem demonstrar a existência de um acordo, a existência de um litígio pendente em Tribunal Judicial ou Arbitral ou devem apresentar um plano de pagamentos, com a indicação das datas de pagamento e respectivos montantes.</p> <p>O Clube não deve ter dívidas vencidas em relação aos seus jogadores, treinadores e demais trabalhadores, incluindo, se for o caso, todas as contribuições devidas à Segurança Social e impostos retidos na fonte.</p> <p>Para efeitos de cumprimento deste critério, os Clubes têm de provar que não possuem dívidas vencidas até à data de 31 de Dezembro do ano anterior e não pagas até à data da entrega dos formulários e demais documentação exigida para o licenciamento.</p> <p>Para efeitos de cumprimento deste critério, os Clubes que tenham dívidas devem demonstrar a existência de um acordo, a existência de um litígio pendente em Tribunal Judicial ou Arbitral ou devem apresentar um plano de pagamentos, com a indicação das datas de pagamento e respectivos montantes.</p> <p>A demonstração deve ser efectuada por um Técnico Oficial de Contas.</p> <p>Este critério inclui também as contribuições para a Segurança Social e os impostos devidos pelo candidato.</p>
F.04	A	INEXISTÊNCIA DE DÍVIDAS A TERCEIROS RELATIVAMENTE AOS TRABALHADORES	

